



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
NÚCLEO DAS DEFENSORIAS AGRÁRIAS
REGIÃO AGRÁRIA DE ALTAMIRA

Rua Edilson de Souza Rodrigues, 3.600, bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA, cep:68.371-170 - Fone/Fax (093) 3515-6893

EXCELENTÍSSIMO DEFENSOR PÚBLICO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ.

ANDREIA MACEDO BARETO, Defensora Pública do Estado do Pará, Titular da 2ª Entrância da Comarca de Oriximiná, designada para atuar na Defensoria Pública Agrária de Altamira, vem perante Vossa Excelência, requerer providências da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará, quanto a **atos intimidatórios praticados pela empresa Belo Sun Mineração Ltda. e Deputado Estadual Fernando Coimbra, quanto ao exercício da função desta Defensora Pública**, no dia 28 e 29 de novembro de 2017, durante o Seminário “As veias abertas na Volta Grande”, realizado na Universidade do Estado do Pará e Universidade Federal do Pará, conforme exposto a seguir.

No dia 28 de novembro de 2017, na Universidade do Estado do Pará, a empresa Belo Sun Mineração, estava participando do Seminário, através de uma representante presente no auditório, a qual estava acompanhada de uma equipe técnica de filmagem, que registrava todo o evento. Ocorre que mesmo SEM autorização expressa desta Defensora Pública, quanto ao uso de sua imagem, a empresa continuou fazendo o registro das minhas imagens e, sorrateiramente, fazia registro em vídeo de conversas reservadas desta Defensora no auditório com participantes do evento. Esses registros ocorriam às escondidas, de conversas que não estavam sendo proferidas publicamente. A equipe de filmagem da empresa Belo Sun Mineração Ltda. estava no encontro agindo como se fosse representantes da imprensa e, somente após relatos de uma participante de que se tratava de filmagem da empresa, quase no final do evento, foi que **percebi que desde o início do evento as câmeras estavam focadas para as minhas conversas privadas com os membros da comunidade da Vila Ressaca e representantes de instituições públicas que estavam no local.**

Esse ato da empresa Belo Sun Mineração foi reiterado no dia 29 de novembro no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, **mesmo não tendo sido autorizada expressamente quanto ao uso da minha imagem no início do evento.** E o mais grave, a empresa adotou atos intimidatórios



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
NÚCLEO DAS DEFENSORIAS AGRÁRIAS
REGIÃO AGRÁRIA DE ALTAMIRA**

Rua Edilson de Souza Rodrigues, 3.600, bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA, cep:68.371-170 - Fone/Fax (093) 3515-6893

acostando-se ao meu lado, no momento em que eu dava entrevista para um canal de televisão que estava presente no evento.

Isso, na verdade, já vem ocorrendo em momentos anteriores, desde fevereiro deste ano quando esta mesma equipe de comunicação entrou no prédio da Defensoria Pública do Estado do Pará, fazendo-se passar por imprensa, infiltrando-se na sala da Defensoria Pública, após a propositura da Ação Cautelar proposta pela Defensoria Pública do Estado contra a empresa Belo Sun Mineração Ltda. e o Estado do Pará. A empresa faz-se passar como imprensa e registra da minha imagem. Também faz vídeos de membros da comunidade impactada direta da empresa e de representantes de Organizações Não Governamentais contrários ao empreendimento como é o caso do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, com o claro propósito de criminalizar aqueles que questionam a legalidade do empreendimento minerário Volta Grande, os quais também são assistidos pela Defensoria Pública.

Quando à postura do Deputado Estadual Fernando Coimbra, no dia 29 de novembro de 2017, no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA, além de incitar a comunidade atingida contra a Defensoria Pública do Estado do Pará, em suas palavras, expressamente, fez ameaças quanto aprovação de projeto de lei que tramitam ou tramitaram na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, de interesse da Defensoria Pública do Estado do Pará, fazendo lembrar que ele aprecia projetos de lei desta instituição e que era para eu lembrar disso na minha atuação. O referido deputado ainda incitou os moradores da Vila Ressaca dizendo que assim como os defensores querem melhores nas suas condições de trabalho, os moradores atingidos pelo empreendimento minerário também queriam, momento em que foi aplaudido pelos presentes, revertendo toda o conflito instaurado naquele momento contra a Defensoria Pública do Estado. Após o ocorrido fiquei sabendo que este mesmo deputado votou contra projeto de lei da Defensoria Pública do Estado que previa aumento do percentual orçamentário da Defensoria do Pará, portanto, votou contra toda a população hipossuficiente deste Estado que necessitam dos serviços da Defensoria Pública. Há registro de vídeo deste fato e o Defensor Público Johnny Giffony estava no local.

Nestas duas posturas, da empresa Belo Sun Mineração Ltda. e do Deputado Estadual, senti-me intimidada no livre exercício das minhas atividades, posto que restou claro o propósito de inibir minha atuação contra as sucessivas violações dos direitos humanos promovida pela empresa Belo Sun Mineração, contra a qual a Defensoria Pública do Estado tem duas ações judiciais tramitando na Vara Agrária de Altamira, questionando a venda ilegal de terras e falta de observância da legislação agrária e fundiária no curso do licenciamento ambiental do projeto minerário Volta Grande do Xingu.

Desse modo, solicito providências desta Associação dos Defensores Públicos do Estado, de modo a assegurar minhas prerrogativas funcionais, para atuar livremente, inclusive contra o Estado, já que a Defensoria Pública tem autonomia



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
NÚCLEO DAS DEFENSORIAS AGRÁRIAS
REGIÃO AGRÁRIA DE ALTAMIRA**

Rua Edilson de Souza Rodrigues, 3.600, bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA, cep:68.371-170 - Fone/Fax (093) 3515-6893

funcional, administrativa e financeira e não está aliada a grupos políticos deste Estado, nem ao próprio Estado do Pará, contra o qual atua de forma independente, na defesa da população hipossuficientes.

Altamira (PA) 30 de novembro de 2017.

ANDREIA MACEDO BARRETO